

Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

ENICC

RCM n.º 25/2013 de 27 de março

Relatório de execução

2017



Índice

1. SUMÁRIO.....	2
2. PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS DESDE O INÍCIO DA ESTRATÉGIA	4
2.1 NO EIXO TRANSVERSAL.....	4
2.1.1 Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG)	4
2.1.2 Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG).....	5
2.1.3 Ações de formação e campanhas de sensibilização de combate à discriminação.....	5
2.1.4 Ações de capacitação, associativismo e gestão de projetos	6
2.1.5 Atribuição de apoios financeiros a associações ciganas.....	7
2.1.6 Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE)	9
2.1.7 Ações de sensibilização e formação sobre história e cultura cigana, bem como sobre a situação das comunidades ciganas em Portugal e na Europa.....	10
2.1.8 Ações desenvolvidas pela Segurança Social.....	11
2.2 NO EIXO DA EDUCAÇÃO	12
2.2.1 Mobilização da Escola para o aumento dos índices de escolarização através da sensibilização para a interculturalidade	12
2.3 NO EIXO DA HABITAÇÃO	14
2.3.1 Atualização do conhecimento das condições habitacionais das comunidades ciganas.....	14
2.3.2 Construção de um instrumento de promoção da igualdade nas políticas de habitação social	15
2.3.3 Medidas de qualificação das zonas habitacionais onde residem elementos das comunidades ciganas.....	15
2.4. NO EIXO DO EMPREGO E FORMAÇÃO	16
2.4.1 Sinalização e encaminhamento para medidas de formação e/ou emprego	16
2.4.2 Formação para os técnicos do IEFP	16
2.5. NO EIXO DA SAÚDE.....	16
2.5.1 Ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis	16
2.5.2 Ações de prevenção e sensibilização na área da saúde.....	17
3. EXECUÇÃO GLOBAL DA ESTRATÉGIA	18
3.1 DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO RELATIVA AO ANO 2017	18
3.2 DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO ACUMULADA 2013-2017	20
3.3 SOBRE AS TAXAS DE EXECUÇÃO E DE CONCRETIZAÇÃO DA ENICC	21
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24



1. Sumário

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, aprovada a 27 de março de 2013 e publicada em Diário da República a 17 de abril, estruturou-se em torno de quatro eixos setoriais - Educação, Saúde, Habitação e Emprego - e um eixo transversal, dos quais resultaram 40 prioridades e 148 metas.

O presente relatório foi elaborado pelo Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas, pertencente ao Alto Comissariado para as Migrações, entidade responsável pelo acompanhamento e monitorização da ENICC, na sequência do contributo dos pontos focais da Estratégia relativamente à colaboração que deram com as ações desenvolvidas pelas diferentes entidades, em 2017, e que concorrem para a execução das medidas e metas estabelecidas.

No ano de 2017, como poderemos constatar no presente relatório, foram reportadas 2302 ações, totalizando, desde o início da Estratégia e até ao final de 2017, o reporte de 3570 ações.

A taxa de execução da ENICC face ao esperado (até 2020) situou-se, em 2017, em 81,1%.

Em 2017, iniciou-se igualmente o processo de revisão da Estratégia que tem como objetivo a conclusão no primeiro semestre de 2018, tendo sido criado um grupo de trabalho para o efeito.

Assim, no início de 2017, realizaram-se, através do NACI, três oficinas de reflexão sobre a ENICC, com a presença de 80 pessoas de diferentes entidades e das comunidades ciganas. Grosso modo, foram apresentados como principais pontos fortes da ENICC: a colocação na agenda política do tema, bem como a sistematização dos problemas/questões a resolver; e, como principais desafios apontados, foram destacados a falta de orçamento para a implementação das medidas, bem como o facto de a mesma não refletir a heterogeneidade das comunidades ciganas.

Em abril do mesmo ano, a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade adjudicou ao CESIS- Centro de Estudos para Intervenção Social um processo de revisão da ENICC mais estruturado, tendo o NACI acompanhado a



dinamização dos diferentes grupos de discussão (metodologia adotada pelo CESIS) que se realizaram em diferentes pontos do país (Norte, Centro, Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo e Algarve) e com a presença de diferentes entidades, cidadãs e cidadãos. Deste processo, resultou a apresentação por parte do CESIS de um relatório que muito contribuiu para a revisão da ENICC.

2. Principais ações implementadas desde o início da Estratégia

2.1 No Eixo Transversal

2.1.1 Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG)

(Prioridade 1 - Criar um Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas)

Criado a 24 de junho de 2013, o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) é composto por representantes de sete Ministérios, dos Governos Regionais da Madeira e Açores, dos Municípios e Freguesias, de organizações da sociedade civil e associações ciganas, de cidadãos e cidadãs de reconhecido mérito e de representantes de investigação com trabalho relevante sobre as comunidades ciganas designados pelo Alto-comissário.

Em 2017 foram realizadas 2 reuniões do CONCIG. A 10.ª reunião foi realizada em março e incidiu sobre a apresentação do estudo “Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal”, pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – IHRU, e a apresentação e discussão das principais conclusões das Oficinas de reflexão sobre a ENICC, realizadas no início do ano.

Na 11.ª reunião, houve lugar à apresentação do relatório de execução da ENICC, referente a 2016, e à apresentação do OPRE - Programa Operacional para a Promoção da Educação, pela Letras Nómadas- Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas e pela Rede de Jovens para a Igualdade entre Mulheres e Homens.



Imagem 1 – 10.ª Reunião CONCIG



2.1.2 Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG)¹

(Prioridade 2 - Realizar um estudo nacional, de carácter transversal, que permita conhecer a situação social, económica e cultural das comunidades ciganas e promover diversos estudos no âmbito das ciências sociais)

O Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG) tem a missão de estudo e acompanhamento estratégico e científico das comunidades ciganas em Portugal, enquadrando-se na Prioridade 2 do Eixo Transversal.

Atendendo a que em 2017 o Observatório das Comunidades Ciganas esteve sem coordenação científica, as principais atividades e iniciativas dinamizadas decorreram da articulação com o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas.

As principais atividades do OBCIG em 2017 centraram-se assim na gestão dos canais de contacto, informação e divulgação do Observatório, no apoio informativo e científico às diferentes solicitações recebidas (nomeadamente de estudantes, investigadores e organizações), e na participação, em representação do ACM, em diferentes encontros/conferências, dos quais destacamos a comunicação “Direitos Humanos, Educação e Comunidades Ciganas”, na conferência “Da Escola aos Direitos Humanos: como Humanizar a Educação”, promovida pelo Centro de Formação de Escolas António Sérgio, em Lisboa, e a participação no encontro “Siñando Kali” - Ser Mulher Cigana no Século XXI, promovido pela Ribaltambição - Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas.

Em novembro de 2017, foi tornado público a informação que a Professora Doutora Maria José Casa-Nova seria a nova coordenadora do OBCIG (iniciando funções em janeiro de 2018).

2.1.3 Ações de formação e campanhas de sensibilização de combate à discriminação

(Prioridade 3 – Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública)

¹ <http://www.obcig.acm.gov.pt/>

As ações de formação e o combate à discriminação têm merecido desde o início da estratégia grande destaque.

Salientamos em 2017, por ocasião do Dia Nacional das Comunidades Ciganas, a Campanha dinamizada pela EAPN, com o apoio da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, com a mensagem “Direito a ser o que quiserem”, centrada na igualdade de oportunidades que deve ser dada a todas as crianças.

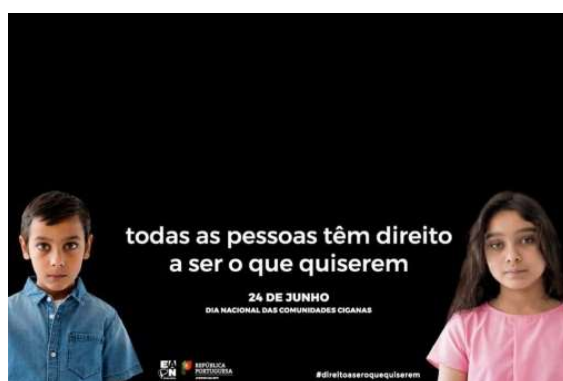


Imagem 2 – Campanha Dia Nacional das Comunidades Ciganas

2.1.4 Ações de capacitação, associativismo e gestão de projetos

(Prioridade 5 – Incentivar à participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania)

No âmbito da ENICC, que visa “incentivar a participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania”, terminou, em 2017, o Programa de Capacitação “Mais Líderes - Jovens Cigan@s”.

Esta iniciativa, que tinha tido o seu início em 2016, pretendeu incentivar a participação ativa de jovens ciganos e ciganas no plano cívico e associativo, utilizando metodologias participativas em contexto de reuniões, ações de formação, sessões de informação/sensibilização e desenvolvimento de projetos que decorreram em 4 encontros.

Assim, durante o ano de 2017, foram realizados três encontros presenciais (com a duração de 2 dias). O primeiro encontro realizou-se a 28 e 29 de janeiro e abordou o tema de “Gestão e Avaliação de Projetos de Intervenção”.

Os participantes tinham o desafio de elaborar projetos de intervenção local, que foram apresentados e avaliados no segundo encontro de 2017, realizado a 22 de abril.

O programa terminou com um terceiro encontro, em julho de 2017, no qual decorreu uma visita de estudo à Fundación Secretariado Gitano em Madrid, com a participação de 12 jovens.



Imagem 3 – Mais Líderes, Fundación Secretariado Gitano

2.1.5 Atribuição de apoios financeiros a associações ciganas

(Prioridade 5 – Incentivar à participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania)

Foi também em 2017 lançada a I edição do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC), com uma dotação financeira disponível de 43.500€ . O Programa nasceu da consciência da importância de apostar na mobilização e envolvimento ativo das associações ciganas, na implementação local e nacional da ENICC.

Assim, o PAAC contribuiu de forma direta para a concretização das metas definidas nas prioridades estabelecidas pela ENICC, sendo que os projetos aprovados no âmbito do PAAC deveriam estruturar a sua ação sob a forma de atividades que tivessem como objetivo:

- a) Incentivar a participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania;
- b) Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública;
- c) Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil;
- d) Investir em estratégias de empoderamento das mulheres ciganas através do associativismo feminino;
- e) Valorizar a história e cultura cigana;
- f) Enquadrar os valores familiares ciganos nos princípios e valores da sociedade portuguesa;
- g) Sensibilizar as instituições públicas para a mediação intercultural, enquanto estratégia promotora de serviços mais inclusivos.

Destacaram-se da apreciação das candidaturas apresentadas 6 projetos, de duração até 8 meses, cujo montante global a apoiar foi de 19.694,45€ e cujo período de implementação decorreu entre 01 de maio e 31 de dezembro de 2017.

A formalização destes projetos apoiados através do PAAC decorreu a 02 de junho de 2017, com a assinatura dos protocolos com 6 associações ciganas.



Imagem 4 – Cerimónia de assinatura de Protocolos dos Projetos PAAC



Desta forma, constatou-se que a I edição do PAAC contemplou projetos que se destacaram nas áreas do combate à discriminação e promoção do diálogo intercultural entre as comunidades ciganas e a sociedade maioritária, assim como da promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres ciganas, e da promoção junto das comunidades ciganas relativamente às vantagens sociais da escolarização e melhoramento do envolvimento parental na escola como incentivo à frequência e continuidade do percurso escolar.

2.1.6 Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE)

(Prioridade 6 – Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia)

O FAPE - Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas foi criado em 2015 no sentido de apoiar financeiramente entidades da sociedade civil, contribuindo diretamente para a execução das prioridades, mediadas e metas estabelecidas na ENICC.

Na sua I edição, o FAPE teve uma dotação disponível de 50.000€ e apoiou 11 projetos. Já em 2016, na II edição, duplicou a dotação passando para 100.000€ e apoiou 21 projetos.

Em 2017, foi contratualizada com o CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social a realização de um “Estudo de Avaliação da Implementação do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas – FAPE”, referente às duas primeiras edições. Os resultados da referida avaliação são públicos e podem ser consultados através do *site* do ACM (<https://www.acm.gov.pt/documents/10181/167771/Relat%C3%B3rio+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+FAPE+2015+e+2016.pdf/bc277259-5909-431c-b1a5-dacaaff0afd6>)

O referido estudo conclui que “a partir dos elementos constantes no presente relatório e das sugestões apontadas, quer no questionário, quer pelas/os participantes nos grupos de discussão pode dizer-se que um programa dirigido especificamente ao desenvolvimento de intervenções com e para as comunidades ciganas é pertinente no quadro da sociedade portuguesa e pode ser, efetivamente, um instrumento de promoção da cidadania e de *empowerment* das comunidades ciganas”.



Assim, a III edição do FAPE lançada em novembro de 2017, para projetos a iniciar em 2018, já contemplou no seu regulamento as principais recomendações da avaliação externa: mais tempo de execução dos projetos (os projetos passaram a poder ter a duração máxima de 18 meses), maior financiamento para a realização dos mesmos (projetos de natureza regular e contínua com um financiamento até um valor máximo de 25.000€ e projetos pontuais até um valor máximo de 5.000€), uma dotação financeira superior às edições anteriores (250.000€ no total) e a distinção dos projetos constituídos em parceria com associações ciganas ou que nas suas equipas técnicas incluam pessoas ciganas.

Na III edição do FAPE, foram apresentadas 36 candidaturas provenientes de todo o território nacional, que foram apreciadas preliminarmente e avaliadas, sendo que desta apreciação resultou a aprovação de 18 projetos que contemplam ações e/ou iniciativas de valorização da importância da escolarização e/ou da continuidade no percurso escolar e, à semelhança das edições anteriores, apostam na continuidade, através da promoção do combate à discriminação e sensibilização da opinião pública, a promoção de formação sobre cidadania, o incentivo à participação comunitária ativa das comunidades ciganas, a promoção do conhecimento da história e cultura ciganas e ações centradas na promoção da igualdade de género e/ou focalizadas no desenvolvimento de competências e de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.

2.1.7 Ações de sensibilização e formação sobre história e cultura cigana, bem como sobre a situação das comunidades ciganas em Portugal e na Europa

(Prioridade 7 - Valorização da história e cultura cigana)

Mantendo a linha de atuação de anos anteriores, em 2017 foram realizadas diversas ações de promoção e divulgação de datas relevantes para valorização da história e cultura cigana, designadamente a comemoração do Dia Internacional das Pessoas Ciganas e várias ações de formação/sensibilização.

Destacamos, neste relatório, o evento ocorrido em 2017 para celebrar o Dia Internacional das Pessoas Ciganas, celebrado a 8 de abril. Assim, no dia 6 de abril, na Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), em Lisboa, promovido pelo gabinete do Ministro-Adjunto e organizado pelo ACM, I.P., decorreu o “Seminário Internacional –



Comunidades Ciganas”, que contou com mais de 200 participantes. Do programa do seminário constou, entre outras, a intervenção do Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, de representantes da OSCE (Organization for Security and Co-operation in Europe) e da FRA (European Union Agency for Fundamental Rights), do Conselho da Europa, do Alto-Comissário para as Migrações, do Presidente do Conselho Diretivo do IHRU, de representantes do Instituto de Segurança Social, de investigadores do ISCTE, de membros de grupos ativos comunitários, do Presidente do Conselho de Administração da FCG e do Ministro-Adjunto.

Este seminário terminou com um Espetáculo – Recital de Cante, pela cantora sevilhana Esperanza Fernández.



Imagem 5 – Seminário Internacional

Por outro lado, no âmbito da bolsa de formadores do ACM, foram realizadas 24 ações de formação em diálogo intercultural.

2.1.8 Ações desenvolvidas pela Segurança Social

Ainda no Eixo Transversal, na Dimensão Segurança Social, destacamos as comunicações internas da Segurança Social, informando sobre a Estratégia Nacional junto dos seus colaboradores quer através de informações, quer através das Redes Locais de Intervenção Social.

2.2 No Eixo da Educação

2.2.1 Mobilização da Escola para o aumento dos índices de escolarização através da sensibilização para a interculturalidade

(Prioridade 20. Aumentar os índices de escolarização, garantindo que todas as crianças ciganas completem a escolaridade obrigatória)

Em 2017, o eixo com mais execução foi o eixo da Educação. Essa execução deveu-se em grande parte ao desenvolvimento de competências sociais e de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em articulação com Projetos Escolhas.

Também, ainda em novembro de 2017, foi realizada a Conferência “Educação e Comunidades Ciganas”, que decorreu no Agrupamento de Escolas do Barreiro, numa organização conjunta do ACM, Direção-Geral da Educação (DGE), Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), com o propósito de partilha de experiências e reflexões sobre educação e comunidades ciganas e com a participação de vários intervenientes e participantes das comunidades ciganas.



Imagem 6 – Painel de abertura da Conferência “Educação e Comunidades Ciganas”

(21. Promover a continuidade da escolarização a nível do ensino secundário, incentivando à formação superior)



O ACM, I.P., através do Programa Escolhas, lançou, em outubro de 2016, o Programa Operacional de Promoção da Educação – OPRE, em parceria com a Rede de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens e a Letras Nómadas - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas, dirigido a estudantes que frequentam o ensino superior, provenientes das comunidades ciganas. Este programa tem como objetivo atenuar as barreiras existentes entre estas comunidades e o sistema de ensino formal, bem como evitar o abandono precoce deste ciclo de estudos (na sequência dos bons resultados do Projeto Opre Chavalé, promovido pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, em parceria com a Associação Letras Nómadas).

O Programa OPRE disponibilizou 25 (vinte e cinco) bolsas de estudo universitárias, no ano letivo 2016/2017, bem como um programa de capacitação, tutoria e acompanhamento destes/as bolseiros/as e respetivas famílias.

Na 1.ª edição do Programa OPRE, o grupo foi constituído por 11 homens e 13 mulheres, residentes em 19 concelhos do país.



Imagem 7 – Grupo OPRE 2016/2017, 3.º Encontro, Espinho, abril de 2017

A 2.ª edição do Programa OPRE, para o ano letivo 2017/2018, aprovou uma bolsa a 32 estudantes ciganos (14 mulheres e 18 homens), provenientes de 22 concelhos do país.

Em novembro de 2017 decorreu, em Lisboa, o 1.º Encontro da segunda edição, sendo ainda de destacar a receção ao grupo por parte do Exmo. Sr. Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, em dezembro.



Imagem 8 – Receção no Palácio de Belém

2.3 No Eixo da Habitação

2.3.1 Atualização do conhecimento das condições habitacionais das comunidades ciganas

(Prioridade 26. Melhorar o conhecimento da situação habitacional das comunidades ciganas)

O alcance desta meta ocorreu no ano de 2014, tendo resultado posteriormente na publicação do estudo “Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal”.

Posteriormente, em 2016, o estudo foi complementado, tendo o IHRU, I.P. procedido à atualização do documento mediante a elaboração de fichas municipais de ilustração de situações de grave carência habitacional persistente entre as comunidades ciganas.

Em 2017, o estudo foi apresentado, nomeadamente, no CONCIG e no Seminário Internacional.



Também em 2017 foi realizado, pelo IHRU o “Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional”, que incluiu as carências habitacionais das comunidades ciganas em Portugal. O estudo encontra-se disponível em:

http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/levantamento_necessidades_habitacionais/Relatorio_Final_Necessidades_Realojamento.pdf.

2.3.2 Construção de um instrumento de promoção da igualdade nas políticas de habitação social

(Prioridade 27. Reforçar, no quadro nas políticas de habitação, as práticas promotoras da integração das comunidades ciganas)

A “Nova Geração de Políticas de Habitação - Sentido Estratégico, Objetivos e Instrumentos de Atuação” esteve em consulta pública até dezembro de 2017. A mesma apela à garantia de uma habitação adequada a todas as pessoas que por situações de carência e vulnerabilidade várias estão excluídas do acesso à mesma.

2.3.3 Medidas de qualificação das zonas habitacionais onde residem elementos das comunidades ciganas

(Prioridade 28. Adequar as respostas habitacionais e qualificar os espaços de realojamento)

Em 2017 não foi possível criar uma linha de financiamento específico para a qualificação de alojamentos para as comunidades ciganas. No entanto, em 2017, foi concluída a intervenção de reabilitação em mais de 700 fogos do IHRU, I.P.



2.4. No Eixo do Emprego e Formação

2.4.1 Sinalização e encaminhamento para medidas de formação e/ou emprego

(Prioridade 30 - Promover um maior conhecimento das comunidades ciganas e Prioridade 32- Potenciar o acesso ao emprego por conta de outrem e à criação do próprio emprego)

Em 2017 foram sinalizados/as 3962 candidatos/as como abrangidos/as pela ENICC, tendo sido objeto de 11024 intervenções e 2583 encaminhamentos para programas e medidas de emprego e formação, orientação profissional e processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC). Do total de encaminhamentos foram garantidas 1047 integrações em medidas de formação profissional e 59 em medidas de emprego. Foram ainda apresentadas a ofertas de emprego 887 candidatos/as, tendo resultado em 98 candidatos/as como trabalhadores/as por conta de outrem.

2.4.2 Formação para os técnicos do IEFP

(Prioridade 31 - Capacitar os serviços e adequar respostas formativas às especificidades das comunidades ciganas)

Também em 2017, foi alcançada uma importante meta nesta área: a “conceção do referencial de formação contínua de formadores: a formação profissional num contexto de diversidade cultural”, que ficou concluído em julho de 2017.

2.5. No Eixo da Saúde

2.5.1 Ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis

(Prioridade 37 - Promover ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis)

Os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) e Unidades Locais de Saúde (ULS) desenvolvem atividades no âmbito de respostas sociais e em articulação com outras áreas/serviços. Por outro lado, os mesmos desenvolvem projetos em diferentes áreas geográficas, abrangendo diferentes grupos etários da comunidade em geral e para



diferentes determinantes da saúde, que por inerência incluem pessoas das comunidades ciganas, o que dificulta a monitorização das ações específicas para esta população.

À semelhança do reporte em anos anteriores, as políticas nacionais de proteção de dados pessoais impedem, em grande medida, a monitorização e avaliação das ações dirigidas/executadas a/com pessoas das comunidades ciganas.

Em 2017, foram realizadas 8 campanhas de informação.

2.5.2 Ações de prevenção e sensibilização na área da saúde

(Prioridade 38 - Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas, apostando na prevenção)

Para além do já referido na Prioridade 37, salienta-se que a reformulação da ENICC, em que se solicitou aos pontos focais contributos, implicou uma reflexão conjunta no sentido da redefinição de prioridades e ações que refletem, em grande medida, as dificuldades sentidas na área da saúde na concretização do anteriormente proposto.



3. Execução Global da Estratégia

Os dados apresentados neste capítulo decorrem da análise da execução observada face à execução esperada para o ano de 2017, bem como da caracterização geral do conjunto de ações implementadas, até ao momento, ao abrigo da Estratégia Nacional desde a sua aprovação em 2013.

A informação que se apresenta foi recolhida entre janeiro e maio de 2018, através da consulta aos pontos focais da Estratégia.

Por outro lado, por forma a proceder a uma análise da execução acumulada da Estratégia, num segundo momento, foram combinados os dados de execução de 2017 com os dados relativos ao exercício de reporte dos anos anteriores.

3.1 Descrição da execução relativa ao ano 2017

Em 2017, de acordo com a informação recolhida junto dos Pontos Focais da Estratégia e em resultado da implementação das Prioridades e Medidas previstas, foram reportadas um total de 2438 ações, número muito superior ao dos anos anteriores e para o qual muito contribuiu as ações de “Desenvolvimento de Competências Sociais e de Tecnologias” realizadas no Eixo da Educação através dos Projetos Escolhas no terreno.

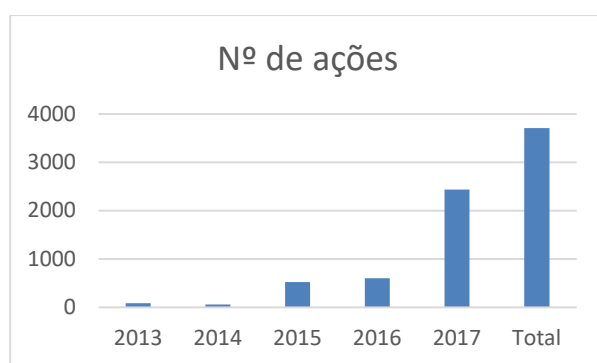


Gráfico 1 – Número de ações realizadas ao abrigo da ENICC



Em 2017, o Eixo da Educação foi o que apresentou mais ações desenvolvidas atendendo à concretização da Prioridade 22 já mencionada, seguido do Eixo Transversal.

É de salientar que, ao contrário de anos anteriores, o Eixo Transversal não foi o que teve maior concretização atendendo também a que muitas das suas medidas já tinham como metas de execução anos passados e já tinham sido executadas.

Importa igualmente ressaltar que, no que se relaciona com as ações implementadas no Eixo da Saúde, as mesmas abrangem outros públicos que não exclusivamente a população cigana.

Eixo	N.º	%
Transversal	255	10,5
Educação	1463	60,0
Habitação	3	0,1
Emprego e Formação	657	26,9
Saúde	60	2,5
Total	2438	100

Tabela 1 – Número e percentagem de ações por Eixo relativas a 2017

No que diz respeito à tipologia das ações realizadas em 2017, à semelhança de anos antecedentes, destacam-se as “ações de formação ou ações/campanhas de sensibilização”, correspondendo à grande maioria das ações realizadas (76,8%).

Tipologia de ações	%
Formação/sensibilização/campanhas	76,8
Implementação/parcerias	15,9
Criação de recursos/linha de financiamento	3,9
Disseminação/divulgação	0,5
Diagnóstico/preparação	0,1
Outras	2,9
Total	100

Tabela 2 – Percentagem das tipologias das ações de 2017

3.2 Descrição da execução acumulada 2013-2017

Quando tido em conta a execução acumulada entre os anos 2013 e 2017, ou seja, toda a execução reportada até ao momento pelos vários Pontos Focais da ENICC, foram registadas 3706 ações. Observa-se que é o Eixo da Educação aquele que oferece um maior contributo global em termos do número de ações, representando 41,3% do total das ações, seguido do Eixo Transversal com 22,5%. No inverso, o Eixo da Habitação é o Eixo com menos ações realizadas.

Eixo	N.º	%
Transversal	835	22,5
Educação	1529	41,3
Habitação	14	0,4
Emprego e Formação	800	21,6
Saúde	533	14,4
Total	3706	100

Tabela 3 – Número e percentagem de ações acumuladas por Eixo (2013-2017)



Por outro lado, quando se aprecia a tipologia de ações implementadas desde o início da execução da Estratégia, constata-se que as ações de formação, informação e sensibilização perfazem quase dois terços do total das ações implementadas, seguidas por 18,9% de ações que se prendem com a implementação de atividades e/ou projetos, bem como parcerias.

Tipologia de ações	%
Formação/sensibilização/campanhas	72,8
Implementação projetos/parcerias	18,9
Criação de recursos/linha de financiamento	5,8
Disseminação/divulgação	0,9
Diagnóstico/preparação	0,2
Outras	1,8
Total	100

Tabela 4 – Percentagem das tipologias das ações acumuladas (2013-2017)

3.3 Sobre as Taxas de execução e de concretização da ENICC

Quando considerados os dados globais de execução da ENICC entre 2013 e 2017, verifica-se uma taxa de execução muito superior para o período em causa, na ordem de 132,1% (previsto para o período decorrido).

À semelhança de anos anteriores e conforme já referido, importa, no entanto, salientar que esta taxa se deve, em grande parte, a uma elevada execução de ações no âmbito de alguns eixos, cuja execução é, para muitas das medidas, muito superior ao previsto em sede de definição da ENICC ou, como acontece no Eixo da Saúde, inclui dados gerais (por impossibilidade de desagregar os dados sobre as comunidades ciganas).

Eixos	Taxa de execução das medidas
Transversal	343,6
Educação	90,9
Habitação	4,0
Emprego e Formação	44,1
Saúde	658,5

Tabela 5 – Percentagem das taxas de execução das medidas

Relativamente à **taxa de concretização** das metas da Estratégia, confrontando o total de metas e as concretizadas entre 2013-2017 é de 27%, ou seja, 40 metas estão já concretizadas, encontram-se em concretização 75 metas, o que corresponde a 50,7%, sendo que 22,3% (33 metas) não se encontram iniciadas ou não foram dadas informações sobre as mesmas.

Relembra-se que a grande maioria das metas estão definidas para uma implementação contínua entre 2013 e 2020, o que justifica que apenas quase 30% estejam já concretizadas e quase metade esteja em concretização. Decorre que 71,6% das metas estabelecidas na ENICC (106 em 148) têm uma implementação que decorre entre 2013 e 2020.

Por outro lado, ainda, 22,3% das metas encontram-se por iniciar ou sem informação disponível, porque a monitorização da sua implementação colide com o princípio da não identificação e contabilização dos seus participantes nas atividades e projetos previstos no âmbito da ENICC.

Como se pode constatar pelo quadro abaixo, o Eixo Transversal regista a proporção de metas concretizadas mais elevadas, seguido pelo Eixo do Emprego e Formação.



Eixo	Não iniciada/ sem informação disponível	Em concretização	Concretizada
Transversal	2,7	28,8	55,3
Educação	32,4	50,7	7,9
Habitação	13,5	5,5	2,6
Emprego e Formação	37,8	13,7	34,2
Saúde	2,7	4,1	5,3
Total	22,3	50,7	27,0

Tabela 6 – Estado de concretização das metas por Eixo (%)



3.4 Considerações finais

O ano de 2017 acabou por ser um ano atípico na execução da ENICC. Não obstante a RCM nº 25/2013 estar ainda em vigor, grande parte do trabalho realizado prendeu-se com o balanço de execução da Estratégia até à data e com a auscultação de diferentes entidades e públicos para a sua reformulação, cuja publicação está definida para 2018.

Assim, e ultrapassado metade do tempo previsto de execução (2013-2020), foi possível perceber que muitas medidas cujas metas já foram largamente ultrapassadas foram pouco ambiciosas aquando da sua definição, fazendo com que a Estratégia tenha uma taxa de execução alta, mas que subsistam problemas estruturais na integração das comunidades ciganas e/ou medidas relevantes por concretizar (ou por reportar). Por outro lado, e, não obstante, o número de ações desenvolvidas tem vindo a crescer, tendo 2017 sido o ano com mais ações reportadas.

Campanhas de sensibilização, conferências, apoio à sociedade civil, apoio a associações das comunidades ciganas, apoio a estudantes no ensino superior, entre outras, foram muitas as iniciativas iniciadas, realizadas e concretizadas em 2017, como é possível constatar no presente relatório.